

A POSSE RESPONSÁVEL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM SÃO GABRIEL

Coordenador: VILMAR ALVES PEREIRA

Uma das práticas muito recorrentes na atualidade consiste no abandono irresponsável dos animais. O abandono de animais, em especial os animais domésticos como cães e gatos, é um problema que afeta de maneira cada vez mais os grandes centros urbanos ao redor do mundo, principalmente no ocidente. Em alguns locais como em São Paulo os cães e gatos, são freqüentemente recolhidos para os centros de zoonoses, onde ficam alojados por um breve número de dias antes de serem sacrificados. Mas este não é um problema apenas dos grandes centros. Em São Gabriel temos a existência de um numero elevado e crescente de animais abandonados sendo motivo de grande preocupação. Nesse sentido este projeto de extensão pretende responder a seguinte problemática: qual é a possibilidade de enfrentamento o abandono de animais domésticos em São Gabriel a partir de um projeto de extensão com viés pedagógico sobre a posse responsável? Os objetivos a serem atingidos são os seguintes: discutir pedagogicamente através da rede pública de ensino a posse responsável dos animais com crianças e adolescentes; problematizar a cultura que possuímos em relação aos animais domésticos; identificar forma de tratamento e hábitos que possuímos em relação a eles; abordar a temática como problemática ambiental; apresentar estratégias pedagógicas visando à posse responsável; criar um manual sobre a posse responsável; inserir esse tema como pauta nos eventos de saúde pública local; estabelecer o fortalecer parceria com Secretaria Municipal de Educação e com a Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis - Amigo Bicho. Acredita-se que a partir da educação possamos estabelecer um enfrentamento contundente a essa problemática; Abordando essa temática pelo viés da educação poderemos estar contribuindo com a diminuição do abandono de animais domésticos, bem como com a qualidade de vida ambiental de nossa cidade. Os procedimentos metodológicos desse projeto são os seguintes: num primeiro momento pela atuação na qualificação a partir dos dados fornecidos pela associação dos Protetores de Animas São Francisco de Assis e de entidades que trabalham com a qualidade de vida animal; num segundo, pelo desenvolvimento de estratégias metodológicas para posteriormente serem desenvolvidas atividades de intervenção pedagógica na rede pública de ensino. Na ocasião do evento apresentar-seão resultados parciais do projeto. O diagnóstico inicial aponta para: o crescente aumento da população de cães e gatos errantes pela cidade e os

problemas pertinentes de saúde pública, trânsito, transtornos na coleta do lixo, além da inadequação na condução de animais ferozes em praças e logradouros de grande movimento, o que vem sendo objeto de inúmeras reclamações por parte dos contribuintes, solicitando diuturnamente providências por parte da entidade; a necessidade de diminuição da natalidade, especialmente dos cães sem dono ou em abrigos, medidas comprovadamente eficazes a fim de conter a superpopulação, com ênfase nas zonas de risco, tais como bairros periféricos, onde se verificam os maiores índices de abandono e maus tratos, tendo em vista as crias indesejadas; a vigência das Leis 9.605/98, o Código Estadual de Proteção aos Animais, o Decreto 24.645 /1934 e a Constituição Federal, que garantem aos animais direito à consideração, cuidados e proteção do homem e do Estado; as solicitações freqüentes e contínuas dos serviços da associação, por parte da população, notadamente no que refere-se a animais abandonados, doentes, atropelados em via pública ou que são vítimas de crueldade e maus tratos; a inexistência de um fundo pecuniário próprio, para a execução de serviços, a rigor, de responsabilidade do Município, já que dizem respeito à prevenção de zoonoses (doenças provocadas pelos animais), decorrentes de surtos endêmicos de carrapatos, sarna, verminoses e dermatoses, verificadas nas zonas da periferia, especialmente nos meses de verão; a impossibilidade de o Município deslocar e/ou contratar funcionários para administrar medidas saneadoras, uma vez que o quadro de veterinários lotados na Secretaria da Agricultura não têm como especialidade a clínica de pequenos animais; a existência da entidade que ora se habilita, sem fins lucrativos, devidamente registrada, atuando com a colaboração de voluntariado, já conhecedora da logística mantenedora de seus meios de atuação; a ampliação da consciência do Homem, agora de modo globalizado, com as questões ambientais, a sobrevivência das espécies, o respeito à vida, em todas as suas formas, enfim, a urgência no implemento de medidas educativas que visem à posse responsável de cães e gatos, mediante projetos ascendentes em consulta a entidades internacionais, tais como a Organização Pan- americana da Saúde e outras organizações não-governamentais que tenham os mesmos propósitos.